



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data da atualização: 18/04/2011

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

SÚMULA STJ Nº 344

A LIQUIDAÇÃO POR FORMA DIVERSA DA ESTABELECIDADA NA SENTENÇA NÃO OFENDE A COISA JULGADA.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94

14. A SENTENÇA CONDENATÓRIA AO PAGAMENTO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS PROVENIENTES DE PLANOS ECONÔMICOS INDEPENDE DE LIQUIDAÇÃO OU PERÍCIA.

PRECEDENTES: APCV 2009.001.24999, TJERJ, 3ª C. CÍVEL, JULGADA EM 26/08/2009. AGINST 2009.002.29553, TJERJ, 9ª C. CÍVEL, JULGADO EM 25/08/2009.

(VER: [PLANOS ECONÔMICOS](#))

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

VIDE: CONSOLIDAÇÃO NO [AVISO TJ Nº 29 DE 07/04/2011](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº SN23

2.14 - NA HIPÓTESE DE DECRETAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE EMPRESA, TERÁ PROSSEGUIMENTO A AÇÃO QUE DEMANDAR QUANTIA ILÍQUIDA PARA, SE FOR O CASO, POSTERIOR HABILITAÇÃO DO CRÉDITO PERANTE O LIQUIDANTE (ART 34, DA LEI Nº.6024/74 C/C ART. 6º, §1º, DA LEI Nº.11.101/2005).

13.10.3 - O ART. 475-J DO CPC NÃO SE APLICA À EXECUÇÃO PROVISÓRIA.

(VER: [EXECUÇÃO](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [MULTA](#))

[AVISO TJ Nº 23, DE 02/07/2008](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 33

3- A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA TAMBÉM PODE SER REQUERIDA PELO DEVEDOR.

[AVISO TJ Nº 33, DE 07/07/2006](#)

ENUNCIADO – ATO EMERJ Nº SN1

9- A RESISTÊNCIA INJUSTIFICADA AO ANDAMENTO PROCESSUAL, INCLUSIVE, NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, EVIDENCIANDO MÁ-FÉ OU INTENÇÃO PROTELATÓRIA

ANTE A INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE DO JULGADO, PODERÁ IMPLICAR NAS MULTAS CUMULATIVAS DOS ARTIGOS 18 E 538, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CPC, SEM PREJUÍZO DA INDENIZAÇÃO DA PARTE EM QUANTIA CORRESPONDENTE ATÉ 20% DO VALOR DA CAUSA OU DA LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO (ART. 2º, § 2º DO CPC).- UNÂNIME

(VER: [MULTA](#))

[ATO EMERJ Nº SN1, DE 25/11/2003](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 46

24) A PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS EMBARGOS DO DEVEDOR NÃO COMPROMETE A EXECUÇÃO FISCAL, QUE PROSEGUE EM RELAÇÃO AO CRÉDITO EXIGÍVEL, AINDA QUE A APURAÇÃO DESTE IMPLIQUE PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO.

(VER: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [EXECUÇÃO](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[AVISO TJ Nº 46, DE 15/09/1999](#)

Disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON/SEESC)

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@tjrj.ius.br